

## PRA QUE A VIDA NOS DÊ FLOR E FRUTOS: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

Denis Monteiro<sup>1</sup>  
Flavia Londres<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A história que será contada aqui é visceralmente ligada à história das lutas e mobilizações populares pela democratização do país. Nos momentos em que a democracia brasileira teve mais intensidade e vibração, muitos direitos que estavam negados há séculos a amplos contingentes da população puderam ser garantidos e promovidos. O notável e reconhecido desenvolvimento da agroecologia no Brasil, que será detalhado neste texto, com base em revisão de literatura e na experiência pessoal dos autores, foi possível graças a processos de mobilização social, aliados à sensibilidade política de agências de cooperação internacional e de ocupantes de cargos públicos dos governos do período democrático, especialmente a partir dos anos 2000.

O resgate dessa história é importante, pois, atualmente, mudanças institucionais em curso podem vir a desconstruir alguns avanços e conquistas abordados ao longo deste texto. Essas perspectivas desafiam o movimento agroecológico e, mais amplamente, os coletivos e movimentos populares, a se repositonarem politicamente para lutar pela manutenção e ampliação dos direitos conquistados.

Neste capítulo, será apresentada a trajetória do movimento agroecológico brasileiro desde as suas raízes, na década de 1970. A seção 2 compreende o período que teve como pano de fundo o Estado ditatorial militar, instituído a partir de 1964. A seção 3 trata do período de redemocratização, vivido nos anos 1980, e do surgimento da *agricultura alternativa*. A seção 4 aborda o período de 1990 até a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002. Antes das considerações finais, é abordado o período que vai do surgimento da ANA até 2016.

---

1. Secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e membro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

2. Membro da equipe da secretaria executiva da ANA.

## 2 ESTADO DITATORIAL E MARGINALIZAÇÃO DO CAMPESINATO

Nas décadas de 1950 e 1960, houve intensa migração de camponeses para grandes e médias cidades, consequência dos processos de industrialização e das políticas públicas direcionadas ao meio rural. Havia ampla mobilização camponesa em defesa da reforma agrária, mas a derrota das forças políticas progressistas com a instauração da ditadura militar em 1964 consolidou o domínio da grande propriedade extensiva no campo (Almeida, 2009; Petersen e Almeida, 2006).

Em aliança com o latifúndio e a grande empresa agrícola e com os complexos agroindustriais internacionais e o capital financeiro, o Estado ditatorial promoveu a implantação e a expansão da modernização tecnológica da agricultura, sob o rótulo de “Revolução Verde”<sup>3</sup> (Almeida, 2009). Para isso, o Estado valeu-se de políticas agrícolas de crédito, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural (Ater), incentivos fiscais à exportação, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas (Grisa e Schneider, 2015). A estrutura fundiária se manteve altamente concentrada, pois esse processo se deu com a expulsão dos camponeses das terras tradicionalmente ocupadas. A inadequação das políticas à lógica camponesa provocou endividamento, degradação da natureza e a consequente migração para as cidades. Foi um período de intensa marginalização das comunidades camponesas e crescimento das periferias das cidades e de intensificação da degradação ambiental.

### 2.1 As Comunidades Eclesiais de Base e as raízes do movimento agroecológico no Brasil

Petersen e Almeida (2006), no texto *Rincões transformadores*, destacam a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para o movimento agroecológico brasileiro. Segundo os autores, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, tornou sistemático o processo de mobilização junto ao campesinato em vários estados. Frei Betto estima que estavam ativas no final da década de 1970 cerca de 80 mil Comunidades Eclesiais de Base (Betto, 1985).

No período de brutal repressão aos movimentos que reivindicavam a reforma agrária, foi nas igrejas católicas e em algumas igrejas protestantes, instituições de grande capilaridade no meio rural e que escapavam aos controles repressivos do Estado, que surgiram espaços para que as famílias camponesas refletissem sobre

---

3. William Gaud, então diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), pronunciou em Washington, no dia 8 de março de 1968, um discurso louvando as novas variedades de alto rendimento produzidas com fertilizantes sintéticos em países asiáticos. Ele comentou: “Estes resultados obtidos no domínio da agricultura constituem o ponto de partida de uma nova revolução. Não se trata de uma revolução vermelha violenta como a dos *Soviets* nem de uma revolução branca como a do Xá do Irã. Eu a chamo de revolução verde” (Robin, 2013).

suas realidades e buscassem formas de enfrentar as situações de privação a que estavam submetidas.

Orientadas pelo método *ver, julgar e agir*, as CEBs organizavam suas ações a partir do cotidiano das famílias, articulando-as às dimensões mais amplas relacionadas à resistência contra o modelo hegemônico de desenvolvimento rural. Petersen e Almeida (2006) destacam a valorização das práticas culturais locais, das iniciativas inovadoras das famílias e das formas de convívio social e cooperação voltadas para otimizar o uso dos recursos locais para a construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais.

Muitas das alternativas técnicas hoje consagradas na agroecologia foram promovidas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças. No plano organizativo, foram incentivados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos e execução de serviços, como as casas de farinha, os bancos de sementes comunitários, as roças coletivas, os mutirões e outras modalidades de associativismo. Teve grande destaque também o estímulo à produção para o autoconsumo das famílias, buscando minimizar a dependência em relação aos mercados e promover uma alimentação sem agrotóxicos. “Foi exatamente a partir da valorização desses ambientes locais de organização sociopolítica criados pelas CEBs que o ‘movimento agroecológico’ no Brasil deu seus primeiros passos” (Petersen e Almeida, 2006, p. 15).

Muitas lideranças que emergiram das CEBs cumpriram papéis importantes na construção de movimentos sociais de abrangência nacional e na renovação do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Grande parte das organizações não governamentais (ONGs) hoje dedicadas à promoção da agroecologia tiveram suas origens ligadas aos grupos constituídos pelas CEBs, com apoio da CPT.

### 3 A DÉCADA DE 1980 E A AGRICULTURA ALTERNATIVA

As aberturas democráticas dos anos 1980 permitiram a reorganização dos movimentos populares, e favoreceram a constituição de entidades de assessoria aos agricultores e a criação de espaços de discussão e reflexão de âmbito nacional. A CPT cumpriu um papel político importante de apoiar essa reorganização dos movimentos sociais e de incentivar a constituição das entidades de assessoria (Petersen e Almeida, 2006).

O ambiente mais democrático permitiu a emergência de fortes críticas à expropriação de comunidades camponesas (ou, como mais comumente chamados à época, dos pequenos produtores) decorrentes das políticas da ditadura militar, e suas consequências sociais e econômicas.

Em 1983, após um trabalho de identificação de experiências bem-sucedidas, pautadas pelo estímulo ao uso de tecnologias e processos alternativos à Revolução Verde e fundados nas capacidades organizativas locais, foi criado o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado institucionalmente à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Um marco desse processo foi a realização, em 1983, de um encontro em Campinas, São Paulo, com aproximadamente cem pessoas.

Concomitantemente, a década de 1980 viu surgir com grande força movimentos contestatórios à industrialização da agricultura e seus impactos ecológicos negativos, como perda de biodiversidade, incluindo a diversidade de sementes, desmatamento, degradação dos solos, destruição de fontes de água e contaminação ambiental pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Era também crescente a percepção de que o pacote tecnológico da Revolução Verde difundido pelas políticas públicas provocava dependência dos agricultores aos poderosos complexos agroindustriais. Tiveram destaque nessa mobilização a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). Vale destacar as fortes mobilizações da década de 1980 contra os agrotóxicos, que envolveram lideranças importantes dos agrônomos e que culminaram na aprovação da lei de agrotóxicos em 1989, que incorporou conquistas importantes, incluindo a adoção oficial do termo *agrotóxico* em lugar do eufemismo *defensivo agrícola* (Londres, 2011; Petersen e Almeida, 2006).

Nessa década, houve também forte influência, especialmente entre profissionais e estudantes das ciências agrárias, das ideias de pesquisadores de várias partes do mundo que contestavam os pressupostos da Revolução Verde e propunham alternativas baseadas em visões ecológicas da agricultura. Entre esses autores, conhecidos, respeitados e estudados até hoje, estão Rachel Carson; Albert Howard; Francis Chaboussou, J. I. Rodale; Rudolf Steiner; M. Fukuoka; Mokiti Okada; Claude Aubert; André Voisin; Bill Mollison; e Hartmut Vogtmann. No Brasil, estiveram entre as principais referências a professora Ana Maria Primavesi, que publicou, em 1979, o livro *Manejo ecológico do solo*; Adilson Paschoal, autor do livro *Pragas, praguicidas e crise ambiental*, de 1979; José Lutzemberger, que em 1976 publicou *o Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?*; e as pesquisas em fixação biológica de nitrogênio lideradas pela Dra. Johanna Döbereiner. Vale destacar também o trabalho do suíço Ernst Gotsch que, ao se estabelecer em uma propriedade no sul da Bahia em 1984, desenvolve os sistemas agroflorestais sucessionais, altamente complexos e biodiversos; e o trabalho de Luiz Carlos Pinheiro Machado, pesquisador e promotor do Pastoreio Racional Voisin.

Os trabalhos desses estudiosos tiveram grandes influências junto aos nascentes grupos de agricultura alternativa nas universidades, e deram origem a correntes de pensamento com diferentes nomes, que foram identificadas genericamente como

*agricultura alternativa*. Embora já houvesse experiências práticas inspiradas nessas ideias ainda nos anos 1970, por exemplo, a Estância Demétria em Botucatu/SP, dedicada à agricultura biodinâmica desde 1974, foi nos anos 1980 que surgiram associações e cooperativas em várias partes do país, envolvendo profissionais de ciências agrárias, ativistas do movimento ambientalista, profissionais urbanos donos de propriedades no meio rural, e também agricultores familiares, que passaram a exercitar os princípios e as práticas das diversas correntes da agricultura alternativa. Vale observar que a hegemonia da Revolução Verde nos meios de comunicação, nas universidades e nas demais instituições de pesquisa fez com essas pessoas recebessem diversos rótulos pejorativos e fossem acusadas de defender um tipo de agricultura que era sinônimo de atraso e que jamais seria capaz de produzir em grande quantidade para abastecer a população urbana.

Esses grupos envolvidos nesses trabalhos que cresciam em várias partes do país se reuniram em Curitiba/PR, em 1981, no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). Na década de 1980, outros três EBAA foram realizados: 1984, Petrópolis/RJ; 1987, Cuiabá/MT; e 1989, Porto Alegre/RS.

Os EBAA foram, sem dúvida, uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. Deles participaram pesquisadores, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo, organizações sindicais, equipes do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA-Fase) e de outras ONGs, grupos ambientalistas, extensionistas de Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) e agricultores.

Havia nos EBAA, entretanto, pontos de vista muito distintos sobre as orientações metodológicas e mesmo divergências conceituais e políticas entre os diferentes atores. Grupos ligados à CPT e ao PTA-Fase defendiam a valorização das experiências dos agricultores e que se desse voz a eles, por meio de metodologias participativas, mas essas demandas não eram acolhidas pelos grupos de perfil acadêmico que priorizavam palestras de pesquisadores e assessores técnicos em detrimento da participação dos agricultores (Padula *et al.*, 2013).

Padula *et al.* (2013) ressaltam uma diferença conceitual e política importante no III EBAA, realizado em Cuiabá/MT, em 1987:

Por um lado, um grupo defendia que as mudanças sociais no campo deveriam ter prioridade para que, conseqüentemente, fossem instauradas as mudanças de ordem técnica. Por outro lado, outro grupo advogava que as transformações técnicas poderiam se dar concomitantemente com as transformações sociais e poderiam até mesmo ser instrumentos dessas transformações (p. 44).

Os autores também relatam que o IV EBAA, realizado em 1989, foi marcado por fortes divergências que levaram a Rede PTA a se retirar da sua organização, alegando falta de espaço para que os agricultores apresentassem suas experiências. Ressaltam ainda que, no início dos anos 1990, as associações de engenheiros agrônomos foram dominadas por setores ligados à indústria de agrotóxicos, situação que permanece até os dias atuais.

Esses fatos certamente contribuíram para que este processo de articulação em torno da agricultura alternativa, que tinha nos EBAA a sua principal expressão nacional, não tenha tido sequência. O V EBAA nunca aconteceu.

### 3.1 Constituição e crescimento das ONGs do campo agroecológico

Um elemento de grande relevância para a compreensão da evolução do movimento agroecológico no Brasil, ainda na década de 1980, foi o trabalho do PTA-Fase, inaugurado em 1983, e a constituição da Rede PTA a partir de 1988, quando as equipes locais do PTA deram origem a ONGs autônomas. Por exemplo, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), de Ouricuri/PE, deu origem ao Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas (Caatinga); o PTA-Bahia originou o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); e o CTA Montes Claros, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas Gerais. Reunindo os coordenadores do (até então) PTA-Fase, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) foi inicialmente criada com o único objetivo de prestar assessoria metodológica às organizações da Rede PTA, mas não tardou a, assim como as outras ONGs da Rede, iniciar seus próprios programas de desenvolvimento local.

A Rede PTA envolveu outras ONGs que também atuavam junto aos agricultores familiares em várias regiões do país, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), no Rio Grande do Sul; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), no Paraná; e o Centro Vianei de Educação Popular, em Santa Catarina. Naquele momento (1988), a Rede PTA era composta por 27 ONGs presentes em dez estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Padula *et al.*, 2013).

### 3.2 Crítica aos métodos difusionistas

Segundo a análise de Petersen e Almeida (2006), as equipes do PTA-Fase e de outras ONGs atuavam diretamente junto às comunidades de agricultores e tinham clareza de que estes deveriam ser os agentes da transformação social e que os seus conhecimentos deveriam ser valorizados. No entanto, o trabalho desenvolvido nessa época foi principalmente orientado para a identificação e sistematização de tecnologias alternativas, a experimentação e o desenvolvimento de tecnologias

nos Centros de Tecnologia Alternativa e a realização de atividades de formação de *agricultores multiplicadores*, ou *agricultores formadores*, que teriam o papel de difundir essas técnicas em suas comunidades. Na prática, na maioria dos casos, os *agricultores multiplicadores* acabavam, em geral, logo se diferenciando em suas comunidades, passando até mesmo a ser identificados como representantes das entidades de assessoria, enquanto os demais agricultores continuavam a ser tratados como receptores passivos das propostas tecnológicas vindas de fora. Em muitos casos, também, a baixa compreensão das equipes a respeito das dinâmicas locais e das racionalidades técnicas e econômicas da agricultura familiar levou-as a tentar difundir tecnologias pouco ou nada ajustadas às realidades concretas vivenciadas pelas famílias.

O esforço de identificação e sistematização de tecnologias cumpriu um importante papel de divulgar para um público mais amplo a proposta da agricultura alternativa e as tecnologias que estavam sendo experimentadas. Houve também muitos avanços decorrentes do trabalho desenvolvido junto às comunidades, incluindo a adoção, a adaptação e o desenvolvimento de diversas tecnologias alternativas.

Contudo, logo começou-se a perceber o baixo emprego das técnicas difundidas e a frágil mobilização das comunidades envolvidas. A proximidade das equipes com as comunidades e as reflexões realizadas nos espaços de discussão da Rede PTA fizeram com que se produzisse uma autocrítica a respeito dessa abordagem difusionista, favorecendo uma revisão das metodologias de trabalho (Petersen e Almeida, 2006).

Outra crítica que se fez ao trabalho desenvolvido no período está relacionada a um *descolamento* das lideranças das organizações de representação da agricultura familiar das realidades vividas pelas comunidades. Petersen e Almeida (2006) identificam que, a partir da década de 1980, com as aberturas democráticas, as grandes questões da agenda política nacional, como a mobilização pela reforma agrária e o crédito rural e a expansão dos direitos trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores rurais, ocuparam a agenda dos movimentos. Embora esse trabalho tenha resultado em conquistas importantes, na prática as lideranças foram se distanciando dos problemas concretos vivenciados nas comunidades e passaram a reproduzir discursos genéricos e cristalizados.

Se por um lado alguns sindicatos de trabalhadores rurais participaram, no plano local, das iniciativas de promoção das tecnologias alternativas, por outro, grande parte das lideranças dos movimentos sociais, inclusive dos sindicatos, foi fortemente influenciada pelos intelectuais orgânicos dos movimentos, que defendiam visões desqualificadoras do trabalho com a agricultura alternativa. Petersen e Almeida (2006) assim interpretam alguns pensamentos de lideranças em relação às tecnologias alternativas:

- as tecnologias alternativas representam uma volta ao passado e os agricultores familiares têm o direito de se modernizarem assim como o empresariado rural o vem fazendo. A luta do movimento social deve ser a de garantir o acesso à modernização por meio de políticas públicas orientadas para a democratização da Revolução Verde;
- o trabalho com tecnologias alternativas revela um viés tecnicista e pouco politizado. A luta dos camponeses é uma luta de classes, pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores;
- a organização para a produção com tecnologias alternativas é uma opção pela elitização. Está voltada para atender à crescente demanda por alimentos orgânicos de uma camada da sociedade urbanizada disposta a pagar mais por esses produtos (p. 26-27).

Segundo os mesmos autores:

Esse tipo de interpretação revela a percepção limitada de assessorias das lideranças dos movimentos sociais [nesse período] no que diz respeito à importância estratégica do debate sobre o modelo de desenvolvimento tecnológico na agricultura. Além disso, é revelador da impressionante força ideológica que os mitos da modernização desempenharam mesmo nas mentes mais comprometidas com transformações estruturais em nossa sociedade. Ao conceberem as tecnologias somente através de sua dimensão instrumental, terminam por reproduzir o discurso da neutralidade das técnicas e a incorporar como real a imagem que a Revolução Verde tem e veicula de si mesma: a ideia de modelo único, de validade universal, de expressão máxima da eficiência e da produtividade (Petersen e Almeida, 2006, p. 27).

Essa visão por parte dos movimentos sociais foi se transformando ao longo da década de 1990, chegando mesmo a ser muito pouco expressiva a partir dos anos 2000, como se verá mais adiante.

#### **4 DO INÍCIO DOS ANOS 1990 AO I ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (2002): A AGROECOLOGIA E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Foi no início dos anos 1990 que o conceito de agroecologia foi incorporado no Brasil como uma evolução da ideia da agricultura alternativa, provocando mudanças significativas nas abordagens metodológicas das organizações de assessoria. Um marco importante foi a publicação em 1989, no Brasil, do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa*, do agrônomo chileno e professor da Universidade da Califórnia Miguel Altieri. Também cumpriu papel importante para o avanço da compreensão da agroecologia a participação de organizações da Rede PTA no Consórcio Latinoamericano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades). Nessa década, muitas organizações de assessoria mudaram significativamente o seu enfoque de trabalho, antes com foco nas tecnologias alternativas, passando então a constituir programas de desenvolvimento local.

Entendida como uma ciência que aplica os princípios da ecologia para o estudo e o manejo de agroecossistemas, a agroecologia se constrói a partir do estudo dos sistemas agrícolas tradicionais, valorizando, portanto, conhecimentos, saberes e práticas dos agricultores e das comunidades tradicionais e estabelecendo aproximações entre estes saberes e os conhecimentos desenvolvidos nas instituições de pesquisa (Petersen e Almeida, 2006).

A agroecologia, ao propor olhar para os agroecossistemas procurando compreender a sua complexidade, contribuiu para a crítica aos métodos focados na difusão de tecnologias alternativas e para a crescente percepção, por parte das equipes técnicas, da importância das práticas e dos conhecimentos das comunidades com as quais elas interagem (Petersen e Almeida, 2006).

Foi a partir do início dos anos 1990 que foram realizados os primeiros Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs). Segundo Petersen e Silveira (2002):

o DRPA é uma metodologia adaptada pela AS-PTA a partir de referenciais conceituais e metodológicos oriundos das escolas francesa e inglesa de desenvolvimento agrícola. O DRPA, empregado para a descrição e análise do funcionamento de agroecossistemas de uma dada região, tanto pode focar o conjunto dos agroecossistemas como orientar-se por recortes temáticos, vinculados aos subsistemas de produção (sistema pecuário, sistema de abastecimento hídrico, ocupação e uso dos solos, por exemplo). São dois os seus produtos: a análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente; e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro fornece subsídios para a formulação de estratégias técnicas de conversão ecológica dos agroecossistemas. O segundo, estimula os atores locais a assumirem o papel protagônico no processo (Petersen e Silveira, 2002, p. 132).

Foram realizados DRPAs em comunidades e municípios do Nordeste, Sul e Sudeste, com destaque para as entidades da Rede PTA e em parceria com as organizações locais de agricultores. Esta nova abordagem metodológica representou um grande salto de qualidade nas ações de desenvolvimento local, pois favoreceu a mobilização das comunidades e a superação das práticas de assistência técnica individualizada. Permitiu também a organização sistemática de informações e conhecimentos sobre os sistemas de produção e as realidades socioeconômicas das comunidades, favorecendo a aproximação com pesquisadores de universidades e centros de pesquisa. As metodologias participativas passaram a ser também empregadas para o planejamento e monitoramento das ações dos programas de desenvolvimento local.

As inovações conceituais e metodológicas do início dos anos 1990 fizeram com que progressivamente fosse ganhando espaço, entre as organizações de assessoria, a ideia de promoção de processos sociais de inovação agroecológica e de

experimentação por parte das famílias e grupos nas comunidades, processos esses que passaram a ser também objeto de sistematização. Essas ações estimularam as famílias agricultoras a assumirem um papel ativo na inovação e na disseminação de tecnologias. Conformaram-se, assim, nos municípios e nas comunidades, redes locais de inovação agroecológica constituídas por grupos de agricultores-experimentadores, fazendo com que “um número crescente de famílias se aproprie dos conhecimentos veiculados nos fluxos de comunicação horizontal e passem a experimentá-los em suas próprias condições” (Petersen e Almeida, 2006, p. 31). Essas redes são permanentemente abertas à participação de novas famílias.

O técnico deixa de ser um mero repassador de receitas de manejo agrícola e assume um papel de assessor dos grupos de agricultores-experimentadores. (...) Os conhecimentos científicos deixam de ser concebidos como a expressão da verdade inquestionável (...) para serem incorporados como insumos para inovação local (Petersen e Almeida, 2006, p. 31-32).

Inspirados na experiência do Movimento *Campesino a Campesino*<sup>4</sup> na América Central, as redes de inovação agroecológica passaram ainda a promover intensamente intercâmbios agricultor(a)-agricultor(a). Esse método de comunicação horizontal potencializou enormemente os processos sociais de inovação agroecológica.

Todo este processo de dinamização de redes locais de inovação agroecológica teve como principais parceiros apoiadores as entidades da cooperação internacional.

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, o adensamento do processo de experimentação a nível local, bem como o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, e o crescimento das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais do campo, deram origem a redes de abrangência regional. Como exemplo, vale citar a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e, no Sul do Brasil, a Rede Ecovida de Certificação Participativa (hoje Rede Ecovida de Agroecologia).

Com o crescimento da demanda, especialmente nas grandes cidades, por alimentos livres de agrotóxicos, e com o aumento do número de agricultores dedicados à produção orgânica, natural, biológica, ecológica, entre outras denominações utilizadas à época, começaram a surgir as feiras e os pontos de comercialização desses alimentos. A título de exemplo, vale citar a Feira de Porto Alegre, organizada pela Cooperativa Coolmeia, inaugurada em 1989; a Feira do bairro da Glória, no Rio de Janeiro, de 1994, organizada pela Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio); e a Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) de São Paulo, de 1991.

---

4. A metodologia *Campesino a Campesino* teve origem na Guatemala na década de 1970 (Zanelli et al., 2015). Um marco da institucionalização do movimento foi a criação de um programa da *Unión Nacional de Agricultores Y Ganaderos* (UNAG), na Nicarágua, em 1987 (Robin, 2013).

A expansão dos mercados de alimentos orgânicos foi acompanhada por iniciativas de normatização dos processos produtivos, com o objetivo de garantir a qualidade desses alimentos aos consumidores e responder a exigências de mercados internacionais.

Em 1995, foi criado o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), reunindo ONGs, Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades, que foi responsável por conceber o embrião da atual legislação (Niederle e Almeida, 2013).

Em 1999, após um processo de consulta pública, foi publicada a Instrução Normativa nº 7/1999, estabelecendo normas para produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.831/2003, regulamentada em 2007 pelo Decreto nº 6.323/2007, que estabeleceu regras mais precisas e criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg), estabelecendo diferentes mecanismos de certificação. A participação de organizações e redes da sociedade civil neste debate resultou em conquistas importantes, notadamente no reconhecimento dos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, e não somente dos mecanismos de certificação por auditoria com características empresariais.

No campo das políticas públicas, ao longo da década de 1990 houve intensas mobilizações dos movimentos sociais.

Em 1992, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Os debates então realizados sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente do apoio a modelos sustentáveis de gestão dos ecossistemas levaram à criação de algumas iniciativas públicas como, por exemplo, o Programa de Pequenos Projetos (PPP), financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), de apoio a iniciativas no Cerrado brasileiro; e o Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), vinculado ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), financiado por órgãos de cooperação internacional europeus, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e que apoiou projetos desenvolvidos por organizações dos agricultores e por entidades de assessoria nos biomas Mata Atlântica e Amazônia. O PDA foi um importante promotor do desenvolvimento de iniciativas orientadas pelos princípios da agroecologia como, por exemplo, os sistemas agroflorestais (SAFs), o manejo conservacionista das florestas e a comercialização dos produtos do extrativismo.

A década de 1990 foi também marcada por forte mobilização na disputa pela terra, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo movimento sindical. Muitos assentamentos foram conquistados neste período. Frequentemente em áreas de difícil acesso e já muito degradadas

pelo latifúndio, as famílias assentadas passaram a enfrentar grandes desafios na organização dos sistemas produtivos. A reprodução do modelo tecnológico da Revolução Verde, promovida pelas políticas públicas e muitas vezes apoiada pelas lideranças dos movimentos sociais, logo produziu sérios problemas – foi recorrente a opção por monoculturas em sistemas de alto uso de insumos e elevados custos de produção, que geraram endividamento das famílias e suas cooperativas, além do aprofundamento da degradação ambiental e da contaminação por agrotóxicos.

Esses fatores somados acabaram, muitas vezes, por dificultar a permanência de muitas famílias nas terras conquistadas. Essa situação levou, em meados dos anos 1990, os movimentos a iniciarem um processo de reflexão crítica sobre o modelo produtivo e tecnológico incentivado nos assentamentos e a buscarem alternativas. Em uma época de medidas de caráter neoliberal, em que os órgãos estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural sofriam um processo de desmonte, o projeto Lumiar, de Ater para os assentamentos, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), executado em parceria com organizações da sociedade civil, contou em muitos lugares com profissionais identificados com o movimento agroecológico, o que permitiu que algumas experiências interessantes fossem estimuladas nos assentamentos. É o caso, por exemplo, do conhecido e pioneiro trabalho da Bionatur, de produção agroecológica de sementes de hortaliças, desenvolvido em assentamentos do sul do Rio Grande do Sul.

No Semiárido brasileiro, um marco da mobilização social foi a ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1993 por centenas de trabalhadores rurais, que culminou na realização do seminário Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro, em maio de 1993, na sede da Sudene. Neste momento, já estava presente a noção de *convivência com o Semiárido*, em contraposição à lógica de *combate à seca*, e se reivindicava a adoção de programas permanentes por parte do governo federal, em lugar das Frentes de Emergência. A partir de então, houve muitas discussões nos estados que levaram à formação de fóruns estaduais, processo que resultou na criação da Articulação Semiárido Brasileiro em 1999, envolvendo cerca de setecentas entidades. Naquele ano, acontecia no Brasil a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), organizada pelas Nações Unidas (Duque, 2015). As primeiras iniciativas de implantação de cisternas de placas de 16 mil litros para armazenar água da chuva para beber e cozinhar foram desenvolvidas a partir de meados dos anos 1990, com recursos da cooperação internacional, e a partir de 2001 com apoio do governo federal, inicialmente do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas (ANA).

#### 4.1 O I Encontro Nacional de Agroecologia e a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia

A década de 1990 foi um período em que as organizações da sociedade civil, incluindo aquelas da Rede PTA, voltaram-se fortemente para seus programas de desenvolvimento local, em interação com outras organizações e grupos locais formando redes locais de agroecologia que envolviam sindicatos, associações comunitárias, paróquias, pastorais, grupos de mulheres e jovens, entre outros. Havia também iniciativas conduzidas por centros de pesquisa e universidades e por prefeituras e governos estaduais, mas que não se articulavam em nível nacional. Se, por um lado, a priorização dos programas de desenvolvimento local foi importante para fortalecer e ampliar experiências locais orientadas pelos princípios da agroecologia em todas as regiões, dando maior consistência técnica, conceitual, metodológica e política às iniciativas, por outro lado, era a crescente a percepção, na Rede PTA, de que fazia falta um espaço de articulação nacional capaz de dar unidade a essa diversidade do campo agroecológico, comprometendo a sua capacidade de expressão política.

Dois encontros realizados em 1999, o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, mobilizado pela AS-PTA e pela Embrapa Agrobiologia, e o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária, reforçaram esta percepção da necessidade de uma articulação de âmbito nacional e propuseram, cada um, a realização de um grande evento capaz de reunir um conjunto amplo de experiências e organizações envolvidas na promoção da agroecologia no Brasil.

Como desdobramento concreto dessas propostas, realizou-se um seminário nacional preparatório do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), envolvendo cinquenta pessoas vinculadas a importantes entidades e redes nacionais, regionais e locais, integrantes de diferentes instituições governamentais e lideranças de movimentos sociais.<sup>5</sup>

A partir desse seminário, desencadeou-se o processo preparatório ao encontro, que contou com a realização de seminários e encontros em todas as regiões do país,

---

5. A comissão organizadora do I ENA foi composta pelas seguintes organizações: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); Centro Ecológico (Rio Grande do Sul); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Comissão Nacional de Trabalhadores Rurais da Contag (Contag); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul); Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária (Gera)/Universidade Federal do Mato Grosso; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia (GTNA); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede Cerrado; Rede Ecovida de Agroecologia; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) (Encontro Nacional de Agroecologia, 2003).

ocupando também a agenda de outros eventos promovidos por organizações do campo agroecológico, da pesquisa e de movimentos sociais. Esse processo levou à expressiva participação de agricultores e agricultoras engajados em experiências concretas de agroecologia (70% do público) no I ENA – experiências essas que estiveram no centro das atenções, animando e inspirando os debates sobre temas e políticas públicas. A preparação teve também o importante papel de dinamizar as redes locais e regionais de agroecologia, inclusive para além da realização do encontro. Nesse processo, foram ainda identificados os temas que estavam mobilizando as redes de inovação agroecológica e que foram objeto de debates em treze grupos de trabalho.<sup>6</sup>

Participaram do I ENA, realizado no Rio de Janeiro em julho de 2002, 1.100 pessoas, entre agricultores/as, técnicos/as de assessoria, representantes de movimentos sociais e de povos e comunidades tradicionais, gestores públicos, pesquisadores e estudantes.

Associado ao debate a partir das experiências concretas apresentadas, foi aprofundada a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico procurando olhar para as manifestações desse modelo nos diferentes biomas. Deu-se grande destaque ao debate sobre os transgênicos e os agrotóxicos. O I ENA inaugurou também a ideia da Feira de Saberes e Sabores, que passou a ser reproduzida por todo o país.

Apesar da pouca participação dos movimentos de mulheres na comissão organizadora do I ENA, muitas experiências desenvolvidas por mulheres e por movimentos de mulheres tiveram participação destacada. A questão da necessidade de uma avaliação crítica das metodologias empregadas pelas entidades de assessoria, a invisibilidade do trabalho das mulheres e a necessidade de que a equidade de gênero esteja na pauta do movimento agroecológico foram também objeto de discussão (Pacheco, 2003).

Na plenária final do I ENA, cabe destacar a presença de José Graziano da Silva, representando a candidatura Lula presidente, que ouviu as reivindicações dos participantes do encontro. Como se verá na próxima seção, a partir de 2003, com o início do governo Lula, foram instituídos espaços de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil e muitas das reivindicações do movimento agroecológico passaram a ser contempladas nas orientações das políticas públicas.

---

6. Temas debatidos em grupos de trabalho no I ENA: manejo de recursos hídricos; assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia; manejo da agrobiodiversidade, direito dos agricultores e propriedade intelectual; transformação e comercialização de produtos agroecológicos; certificação de produtos agroecológicos; financiamento da transição para a agroecologia; educação e formação em agroecologia; sistemas agroflorestais e agroextrativismo; estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico; produção e difusão do conhecimento em agroecologia; a questão de gênero no desenvolvimento agroecológico; plantas medicinais; e sistemas de produção animal (Encontro Nacional de Agroecologia, 2003).

O I ENA teve como principais encaminhamentos o fortalecimento das redes estaduais e regionais de agroecologia e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia.

## **5 DO SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA ATÉ 2016**

### **5.1 Enfim, entram em cena as políticas públicas**

Foi neste período que as redes locais de inovação agroecológica passaram a contar com apoios mais sistemáticos de diversas políticas e programas públicos. Mesmo que a maior parte delas não tivesse explícita a referência à agroecologia, elas melhoraram as condições materiais dos agricultores e agricultoras familiares, extremamente precárias em muitas regiões, e contribuíram de forma inédita para o fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica. É o caso da ampliação do acesso aos benefícios da previdência social para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, da valorização do salário mínimo, do Programa Bolsa Família (PBF), da melhoria de infraestruturas nas comunidades rurais, incluindo o acesso à energia elétrica e a melhoria das moradias, e o acesso à educação formal. Além dessas, foram criadas ou ampliadas políticas dirigidas ao público da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, que resultaram em avanços importantes para a promoção da agroecologia.

A partir de 2003, foram fortalecidos ou criados importantes espaços de diálogo entre o governo federal e as organizações da sociedade civil, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), bem como se ampliaram as possibilidades de diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que executava a maior parte das políticas voltadas para o público da agricultura familiar, e com o ministério criado para coordenar as ações do programa Fome Zero.

As organizações da ANA passaram a priorizar em sua ação a participação ativa nesses espaços de diálogo, propondo aprimoramentos nas políticas e nos programas já existentes e a criação de novos instrumentos de políticas públicas para o campo. Esse diálogo esteve sempre ancorado nas realidades concretas das organizações no nível local, onde as políticas são implementadas. Como acontece até os dias de hoje, a identificação de inadequações e gargalos na concepção e execução das políticas é tema de debate junto aos técnicos/as e agricultores/as, e as demandas e propostas daí decorrentes são levadas aos gestores para negociação.

Algumas das políticas que avançaram nesse período merecem destaque. Entre elas, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), concebido no Consea e instituído ainda em 2003. A compra institucional de alimentos da agricultura familiar gerida pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)/Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi capaz de fortalecer grupos de agricultores em diferentes regiões do país, valorizando a diversidade de produtos regionais e as sementes de variedades locais, proporcionando incrementos de renda, aumentando a segurança alimentar e nutricional e, em muitos casos, fomentando processos de inovação agroecológica (Grisa e Porto, 2015).

O PAA executado diretamente pela Conab teve dotações orçamentárias crescentes até 2012. Já em 2003, o programa investiu R\$ 81,5 milhões para a compra de 135.244 toneladas de alimentos, beneficiando 41.341 famílias fornecedoras. O auge da execução foi em 2012, quando foram destinados R\$ 586,6 milhões para a compra de 297.610 toneladas de alimentos, beneficiando diretamente 128.804 famílias fornecedoras (Krauser, 2015). A partir de 2013, o programa sofreu sucessivos cortes. A previsão orçamentária para 2017 das modalidades operadas pela Conab é de cerca de 25% do que foi destinado em 2012.<sup>7</sup>

Os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), concebidos pela Articulação Semiárido Brasileiro, passaram a contar com volumes crescentes de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outros apoiadores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB). O primeiro se destina à construção de 1 milhão de cisternas de placas de concreto, com capacidade para armazenar 16 mil litros de água da chuva para consumo humano, e o segundo é destinado à construção de estruturas de captação e armazenamento de água para a produção de alimentos, incluindo as cisternas-calçadão e de enxurrada, com capacidade para 52 mil litros, e os tanques de pedra. Mais recentemente, a ASA passou a executar o programa Cisternas nas Escolas, para mobilização da comunidade escolar para a construção de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva. Executados pelas organizações da ASA com intensa participação das famílias agricultoras em ações de mutirão, formação e assistência técnica, esses programas são referência de eficiência e transparência na execução de orçamento público pela sociedade civil. A ASA construiu 595.406 cisternas de 16 mil litros, 94.869 tecnologias de armazenamento de água para produção de alimentos e 4.232 cisternas nas escolas.<sup>8</sup>

Outra política que passou a contar com orçamentos crescentes desde 2003 foi a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. A ANA participou ativamente dos debates que levaram à instituição da Política Nacional de Ater, em 2003, e da Lei de Ater, sancionada em 2010. As organizações do campo agroecológico passaram a participar da execução de projetos de Ater, atendendo a chamadas públicas

7. Informações apresentadas na plenária da Cnapo em novembro de 2016.

8. Informações levantadas no *site* da Articulação Semiárido Brasileiro. Disponível em: <[www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

do MDA e do Incra que, em alguns casos, passaram a adotar explicitamente a agroecologia como enfoque orientador, especialmente após a Conferência Nacional de Ater realizada em 2012.

As chamadas públicas permitiram às organizações do campo agroecológico ampliar o seu quadro técnico em uma escala sem precedentes e envolver um público maior de agricultores e agricultoras nas redes locais de inovação agroecológica. Embora os instrumentos da política tenham permanecido prioritariamente orientados pela lógica de difusão de tecnologias, os diálogos entre o governo e a sociedade tiveram alguns resultados importantes, como uma maior participação das mulheres agricultoras, com a conseqüente visibilidade dos trabalhos por elas realizados, e a abertura para a incorporação de metodologias participativas nos projetos. Por outro lado, o tempo exigido para responder às tarefas administrativas de execução dos contratos e a permanência da lógica da assistência técnica família a família, dificultou, em muitos casos, a capacidade das organizações de dinamizar redes locais e fortalecer as organizações dos agricultores.

As políticas relacionadas às sementes também sofreram modificações positivas a partir de 2003, quando foi instituída a nova lei de sementes, que abriu brechas para que as cultivares locais, também chamadas de crioulas, aquelas selecionadas e manejadas há gerações pelos camponeses, pudessem ser consideradas nos programas públicos ou, mais precisamente, para que as organizações que já trabalhavam promovendo o resgate e multiplicação dessas cultivares pudessem se mobilizar para questionar a exclusão destas dos programas públicos e lutar pela sua inclusão. A partir daí, o PAA passou a operar a compra e doação simultânea dessas cultivares, e os bancos comunitários de sementes, comuns no Semiárido, foram apoiados por alguns programas públicos pontuais, como o recente Programa Sementes do Semiárido,<sup>9</sup> da ASA, que apoiou a estruturação de 640 bancos de sementes na região entre 2015 e 2016 (Londres, 2014).

Em 2008, foi criada a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo governo federal (Grisa e Schneider, 2015).

Em 2009, foi aprovada a Lei nº 11.947/2009, que promoveu alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), determinando que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a compra de alimentos para o programa fossem destinados à aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares ou suas organizações. Estudo desenvolvido por Soares *et al.* (2013) registrou que 48% das agências implementadoras do Pnae que haviam submetido sua prestação de contas

---

9. Disponível em: <[www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido](http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido)> e <<https://goo.gl/qxvDYu>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2010 haviam comprado alimentos da agricultura familiar (independentemente do percentual), sendo que em 2012 essa proporção já atingia 67%. Segundo dados compilados por esses autores, em 2012, 45% das agências implementadoras do Pnae já estariam utilizando 30% ou mais dos recursos recebidos na aquisição de produtos da agricultura familiar e, do volume total de recursos destinados pelo FNDE à execução do Pnae, 29% já estariam sendo empregados nessas aquisições, ainda que com fortes disparidades entre as regiões. Em 2015, o Pnae destinou R\$ 858,6 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar.<sup>10</sup>

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinou ao financiamento da produção da agricultura familiar R\$ 4,5 bilhões na safra 2002/2003, chegando a R\$ 24,1 bilhões no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 e a R\$ 22,1 bilhões em 2015/2016. Apesar dos volumes crescentes, há uma concentração da destinação dos recursos do Pronaf para os agricultores familiares de renda mais elevada, principalmente no Sul e Sudeste, para o financiamento de custeio de poucas culturas cuja comercialização é controlada por complexos agroindustriais (soja, milho e trigo) ou, no caso dos agricultores do Nordeste, para aquisição de bovinos. O Pronaf tem contribuído para sustentar o modelo tecnológico disseminado pela Revolução Verde baseado na especialização produtiva, no uso intensivo de mecanização pesada, insumos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes de poucas cultivares produzidas por grandes empresas multinacionais (Aquino e Schneider, 2015).

No entanto, em muitas regiões, o Pronaf é usado pelas famílias agricultoras para estruturar as suas propriedades,<sup>11</sup> ou pelas organizações para construir ou reformar agroindústrias e estruturas de comercialização, o que em muitos casos tem contribuído para as estratégias de transição agroecológica nos territórios (ANA; Fase, 2014).

Ribeiro *et al.* (2014) estudaram a produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do jequitinhonha mineiro e observaram que alguns programas públicos distributivos, quando executados em uma sociedade camponesa que valoriza a produção autônoma dos alimentos e implementados em combinação com estratégias locais, geraram resultados surpreendentes. Segundo os autores,

depois de uma década de mudanças na gestão, na negociação e no gasto com programas de desenvolvimento, uma série de mudanças podem ser percebidas nas moradias, na aquisição de equipamentos produtivos e eletrodomésticos e no conforto material das famílias rurais. Mudaram os padrões de consumo, e alguns resultados do avanço material aparecem, por exemplo, na saúde das crianças, nos dentes de adultos e no zelo com a saúde (Ribeiro *et al.*, 2014, p. 8).

10. Disponível em: <<https://goo.gl/bsK6JX>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

11. Ver, por exemplo, Martins (2017) sobre o acesso a políticas públicas de crédito para estruturação de propriedades da agricultura familiar inseridas em redes locais de inovação agroecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul.

Os autores conduziram pesquisa na qual 88% dos entrevistados consideraram suas condições de alimentação entre ótimas e boas. Identificaram também um aumento do número de agricultores nas feiras livres e aumento e diversificação da oferta de alimentos e artesanatos. Para alcançar estes resultados, foram importantes a aposentadoria rural, o Programa Bolsa Família, o PAA e o Pnae, o Programa Leite pela Vida, gerido pelo governo estadual com recursos do governo federal, e o P1MC (Ribeiro *et al.*, 2014).

No território da Serra Catarinense, estudo conduzido pela ANA e pela Fase (ANA/Fase, 2014) mostrou como diversas políticas públicas foram acessadas pelos agricultores e suas organizações. Entre 2007 e 2013, foram aplicados cerca de R\$ 1 milhão do Pronaf Infraestrutura na construção de agroindústrias, dentre as quais panificação, produção de doces, sucos e geleias, beneficiamento de grãos e processamento do pinhão, a maioria administrada por mulheres. Entre 2004 e 2009, a cooperativa Ecoserra comercializou cerca de R\$ 3,4 milhões por meio do Projeto PAA/Conab, beneficiando mais de 1 mil agricultores familiares. Em 2012, cinco municípios destinaram R\$ 522.800,00 do Pnae para a compra de produtos da agricultura familiar. No município de Anita Garibaldi, por exemplo, a associação local entregou para o Pnae 35 alimentos diferentes, desde hortaliças e frutas até pães e bolachas artesanais. Em alguns produtos foi pago o adicional de 30% pelo fato dos alimentos serem orgânicos. Em Lages e Correa Pinto, a aquisição de alimentos orgânicos para o Pnae ultrapassou a meta de 30% de compra da agricultura familiar.

As evidências desses dois territórios, o jequitinhonha mineiro e a serra catarinense, confirmam a importância que as políticas e os programas públicos tiveram, a partir dos anos 2000, para o fortalecimento das experiências em agroecologia e para o desenvolvimento dos territórios.

Alguns grupos de trabalho (GTs) da ANA, criados após o I ENA, tiveram papel ativo na discussão de algumas políticas aqui referenciadas. Para citar alguns exemplos, o GT Biodiversidade se envolveu com a agenda do marco legal referente às sementes e a políticas neste campo, o GT Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional teve papel importante no Consea e nos debates sobre o PAA e o Pnae, o GT Construção do Conhecimento Agroecológico teve papel ativo nos espaços de discussão sobre a política de Ater, e o GT Mulheres nas discussões sobre programas voltados às mulheres rurais e sobre Ater.

As informações apresentadas aqui demonstram que a estratégia adotada pelo movimento agroecológico de dar centralidade na sua agenda às ações de proposição, negociação e execução de políticas públicas teve resultados positivos.

Por outro lado, a partir do final dos anos 1990 se fortaleceu no país um pacto de economia política que privilegiou o apoio do Estado à expansão dos monocultivos destinados à exportação, projetos de mineração e outras grandes

obras, cujos impactos afetam diretamente as comunidades camponesas, e que rivalizam, nos territórios, com os projetos de desenvolvimento defendidos pelo campo agroecológico.

A partir de 2003, foram liberadas as sementes transgênicas e se expandiu o seu cultivo, o que contribuiu para o aumento exponencial do uso de agrotóxicos no Brasil. Em 2008, houve grande repercussão da notícia de que o país havia se tornado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2011, foi lançada a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, envolvendo um conjunto amplo de movimentos sociais e redes. No mesmo ano, a ANA e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental publicaram o livro *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida* (Londres, 2011). Cabe destacar a atuação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a publicação do Dossiê Abrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, divulgado desde 2012 e lançado como livro em 2015 (Carneiro *et al.*, 2015). Essas ações contribuíram para colocar novamente a discussão sobre os agrotóxicos na agenda política brasileira.

O II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife/PE em 2006, teve como debate central as disputas entre projetos antagônicos de desenvolvimento rural, um representado pela expansão do agronegócio e outro de fortalecimento da produção familiar tendo como base os princípios da agroecologia. Participaram do II ENA cerca de 1.700 pessoas, sendo 70% de agricultores e agricultoras e 50% de mulheres. Em preparação ao encontro, a ANA desenvolveu um trabalho intenso de identificação e sistematização de experiências em agroecologia em todo o país. Foi também um momento de realização de debates temáticos envolvendo organizações da ANA e gestores públicos, uma vez que estavam em curso diversas políticas públicas importantes, como destacado neste texto.

## 5.2 A evolução da agroecologia no meio acadêmico-científico

Os avanços no campo da pesquisa e da educação a partir de 2002 são também muito significativos. Em 2004, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), reunindo principalmente pesquisadores, professores universitários e técnicos da extensão rural. Desde 2003, foram realizados nove congressos brasileiros de agroecologia, com apresentação de trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa e extensão envolvendo comunidades e grupos de professores e estudantes, e palestras e conferências, além de espaços para intercâmbio de conhecimentos.

O Marco Referencial em Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lançado em 2006, foi um passo importante para a internalização da agroecologia na pesquisa agropecuária, pois abriu possibilidades para que pesquisadores de diversas unidades da empresa pudessem contar com maior apoio para a realização de suas pesquisas.

No plano internacional, destacam-se marcos importantes do reconhecimento do potencial da agroecologia para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis, restauradores da biodiversidade, poupadores de recursos externos e capazes de responder aos desafios advindos das mudanças climáticas. Cabe ressaltar aqui o documento *Avaliação internacional sobre conhecimento, ciência e tecnologia agrícola para o desenvolvimento* (IAASTD, na sigla em inglês), de 2008, o informe do relator especial sobre o direito humano à alimentação, Olivier de Schutter, ao Comitê de Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas, publicado em dezembro de 2010, e a realização pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), em setembro de 2014, do primeiro encontro internacional sobre agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

Esses documentos e iniciativas impulsionaram a adoção de políticas de incentivo à agroecologia no Brasil. Uma das ações mais significativas de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão foi a publicação de editais de apoio a núcleos interdisciplinares de agroecologia e produção orgânica nas universidades e institutos federais. Projetos desenvolvidos entre 2007 e 2017 tiveram como resultado a constituição de mais de 115 núcleos em todo o país, envolvendo diretamente mais de 3.500 estudantes, professores e assessores técnicos nas equipes e mais de 46.500 agricultores.<sup>12</sup> Grande parte dos núcleos desenvolve ações em parceria com as redes locais de inovação agroecológica.

Nos últimos anos, multiplicaram-se no país cursos formais, de nível médio, superior e de pós-graduação em agroecologia, ou com ênfase em agroecologia, muitos deles direcionados aos jovens do campo.

Neste campo da pesquisa e do ensino, a ABA-Agroecologia tem se destacado como um dos principais atores da sociedade civil. Além da organização dos congressos brasileiros de agroecologia, tem papel importante na discussão das políticas públicas no âmbito acadêmico-científico.

### **5.3 O crescimento dos mercados, as redes estaduais e as feiras de sementes**

O fortalecimento das redes de inovação agroecológica nos territórios, associado à maior conscientização de parcela expressiva da população urbana sobre a importância da alimentação saudável e dos riscos associados à presença de agrotóxicos nos alimentos, resultaram em um crescimento sem precedentes da oferta de alimentos saudáveis em diversos mercados de venda direta. O exemplo mais visível são as feiras agroecológicas e de alimentos orgânicos. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) tem se dedicado à questão do acesso a alimentos saudáveis,

---

12. Os números citados foram apresentados pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica na plenária da Cnapo, realizada em novembro de 2016.

e identificou 639 feiras orgânicas em funcionamento em todo o país.<sup>13</sup> Observe-se, no entanto, que não estão identificadas muitas iniciativas de comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária, em alguns lugares chamados de produtos “da roça” ou “coloniais”, mesmo que não certificados como orgânicos, que estão espalhadas em todas as regiões do país.

Desde a constituição da ANA, organizaram-se também redes estaduais e/ou regionais de agroecologia. Muitos encontros estaduais e territoriais foram realizados nesse período.

Outra iniciativa envolvendo milhares de famílias que vem se reproduzindo em todo o país são as feiras de sementes ou de biodiversidade, que têm cumprido papel importante de promover a valorização, o resgate e a conservação dos recursos genéticos locais e adaptados aos sistemas agroecológicos de produção e de mobilizar os agricultores familiares em torno dos temas relacionados à agroecologia.

#### 5.4 A agroecologia na pauta dos movimentos sociais

A maior atenção à agroecologia dedicada pelos movimentos sociais do campo e das florestas a partir do início dos anos 2000 tem grande importância histórica.

Muitos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, filiados à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)<sup>14</sup> ou à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), têm desenvolvido, em diversas regiões do país, iniciativas de promoção da agroecologia junto a suas bases com assessoria de organizações vinculadas à ANA. Embora haja trabalhos que remontam à década de 1980, é principalmente a partir dos anos 2000 que eles ganham maior escala, impulsionados inclusive pelas políticas públicas.

É notório como a agroecologia ganhou grande destaque na agenda política dos movimentos sociais que integram a Via Campesina no Brasil, como o MST,<sup>15</sup> o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Diversas iniciativas de formação envolvendo a base dos movimentos foram tomadas nesse período, por exemplo, a realização das Jornadas de Agroecologia desde 2002, a constituição de centros de formação e escolas onde são desenvolvidos cursos de nível médio e superior com enfoque agroecológico, e a realização de cursos formais em parceria com universidades.

Um grande impulso para a internalização do enfoque agroecológico na Via Campesina foi a Campanha Internacional *Sementes: patrimônio dos povos a serviço*

13. Disponível em: <<http://feirasorganicas.idec.org.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

14. Em 2016, a Fetraf passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf).

15. Para uma discussão interessante sobre a agroecologia na agenda do MST, ver Loureiro (2016).

*da humanidade*, que desde 2003 passou a estimular ações concretas de resgate e conservação da agrobiodiversidade nas comunidades da base social dos movimentos. Outro impulsionador foi a campanha do MMC pela produção de alimentos saudáveis e as ações públicas das mulheres da Via Campesina de denúncia dos impactos dos monocultivos sobre os territórios camponeses.

Um dos maiores saltos qualitativos do movimento agroecológico a partir do II ENA, em 2006, foi o fortalecimento das mulheres agricultoras e suas organizações, o que provocou as direções dos movimentos sociais de abrangência nacional a dedicarem maior atenção às propostas do movimento agroecológico. É o caso da influência das mulheres da Contag que passaram a pautar a agroecologia na Marcha das Margaridas. A partir de 2007, quando foi apresentado o documento *Terra, água e agroecologia*, todas as edições da Marcha das Margaridas trouxeram a agroecologia com grande ênfase nos documentos, nos atos públicos e nas agendas de negociação com o governo federal. O Grito da Terra, principal mobilização da Contag, em sua edição de 2014, teve como lema *Terra, agroecologia e soberania alimentar*, o que evidencia o fortalecimento das mobilizações das mulheres agricultoras no movimento sindical.

As Feiras da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, que têm sido realizadas em grandes cidades pelo movimento sindical e pelos movimentos da Via Campesina, evidenciam o crescimento e a diversificação da produção de alimentos saudáveis e artesanatos nas suas bases sociais e a importância que estes movimentos têm dado à agroecologia.

Outra evidência importante da maior atenção à agroecologia por parte dos movimentos sociais do campo e das florestas aparece na declaração final do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em 2012, que destaca:

a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida (Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, 2012).

Embora movimentos importantes dos povos e comunidades tradicionais, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS),<sup>16</sup> tenham participado

16. O CNS era chamado, à época do I ENA, Conselho Nacional de Seringueiros. O nome da organização foi alterado em 2009.

da ANA desde o início, no I ENA, a identificação dos povos e das comunidades tradicionais com o movimento agroecológico e seu pertencimento à ANA só avançou mais significativamente nos últimos anos.

Almeida (2009) destacou entre os principais desafios do movimento agroecológico, àquela altura, certo “desencontro da agroecologia com ela mesma” quando se refere à percepção de movimentos representativos de povos e comunidades tradicionais, como os extrativistas, indígenas, ribeirinhos, entre outros, da agroecologia como *outra bandeira de luta* ou *outra causa*. O autor compreende como desencontro porque a ciência da agroecologia se constrói justamente a partir da valorização dos modos de vida, racionalidades, práticas e conhecimentos das comunidades tradicionais.

A publicação do Decreto nº 6.040, em 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, contribuiu para maior visibilidade das identidades desses povos e comunidades, contemplando inclusive uma definição de territórios tradicionais. A partir de então, políticas públicas direcionadas a eles foram estabelecidas, e o fortalecimento das identidades contribuiu para que as mobilizações resultassem em conquistas objetivas, como a criação de reservas extrativistas, a aceleração de processos administrativos de reconhecimento de territórios tradicionais e a aprovação de leis estaduais e municipais que reconhecem o direito das comunidades aos seus territórios.

Desde então, percebe-se uma evolução positiva da participação de povos indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais no movimento agroecológico. Um marco importante foi a presença de quinze etnias indígenas, a participação ativa de lideranças do CNS e de outros movimentos de comunidades tradicionais no III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), realizado em maio de 2014, em Juazeiro da Bahia, Semiárido brasileiro (ANA, 2014).

Contudo, vale observar que, mesmo com toda a evolução do debate sobre a agroecologia nos movimentos sociais, ainda é muito incipiente a valorização de experiências concretas da base social nos grandes espaços de debate dos movimentos. É possível que as direções dos movimentos ainda não tenham se dado conta do enorme potencial político do método de organizar os debates e construir proposições a partir da sistematização das experiências concretas. Na ANA, este é um princípio orientador desde o seu início e vem demonstrando grande poder de mobilização.

### **5.5 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o fortalecimento do movimento agroecológico**

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em agosto de 2012, é um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro. Ela é fruto dos acontecimentos históricos mencionados

neste texto: do fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, da ABA e da ANA; da maior atenção à agroecologia pelos movimentos sociais do campo e das florestas e das pressões que eles fizeram junto ao governo federal; do conjunto amplo de políticas e programas públicos criados, aprimorados ou ampliados nos governos Lula e Dilma, que tiveram à frente gestores públicos que conheciam as realidades da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais; e das reivindicações do movimento agroecológico.

A criação da política de agroecologia foi enfaticamente defendida pelas mulheres dos movimentos sociais do campo durante a Marcha das Margaridas em 2011, quando a presidente Dilma Rousseff assumiu publicamente o compromisso de levar à frente esta agenda.

A partir de então, a ANA desenvolveu um processo muito rico e mobilizador para construir propostas e apresentá-las ao governo federal. Foram realizados seminários regionais e nacionais e produzido um documento propositivo. Após a constituição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), em novembro de 2012, a ANA teve papel ativo nas discussões sobre o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), vigente de 2013 a 2015, e também na elaboração de propostas para o II Planapo (2016-2019).

Embora nem todas as propostas da ANA tenham sido contempladas, a política e o plano são considerados conquistas importantes, uma vez que representam um reconhecimento pelo Estado brasileiro, mesmo que tardio, do potencial da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis, para a geração de trabalho e renda e para o enfrentamento dos graves problemas ambientais e sociais do país.

Os planos contemplaram um conjunto de ações com dotações orçamentárias previstas em lei, aprimorando e buscando integrar políticas importantes como as de Ater, apoio aos núcleos de agroecologia, conservação das sementes crioulas, mercados institucionais, promoção dos produtos da sociobiodiversidade, apoio às redes de agroecologia em territórios, registro de produtos fitossanitários para produção orgânica, entre outros. A Pnapo contribui, portanto, para democratizar o acesso de mais agricultores e agricultoras aos conhecimentos e práticas gerados nas redes locais de inovação agroecológica, bem como apoia iniciativas de comercialização da produção.

O governo federal, no entanto, não levou à frente propostas importantes que fazem parte da Pnapo, por exemplo, o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), aprovado pela Cnapo.

O processo que levou à instituição da Pnapo e à criação da Cnapo contribuiu para fortalecer a ANA como um ator político capaz de construir propostas de consenso em um conjunto bastante amplo de movimentos sociais e organizações

da sociedade civil e de ser voz ativa e respeitada nos espaços de interlocução e negociação com o governo federal.

### **5.6 Diálogos, convergências e o III Encontro Nacional de Agroecologia: a construção das experiências em agroecologia, as disputas e conflitos nos territórios**

Como já destacado neste capítulo, os caminhos do movimento agroecológico desde os anos 1980 tiveram como resultados a construção e o fortalecimento de redes locais de inovação agroecológica. Estas redes atuam em territórios distintos, e cada uma delas enfrenta no dia a dia disputas com projetos de desenvolvimento que rivalizam com a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Embora muitas experiências tenham sido construídas ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, algumas envolvendo milhares de famílias nos processos de experimentação, elas permanecem pouco visíveis para a grande maioria da população e para os governos. O agronegócio e grandes projetos de mineração que se expandem nos territórios procuram se associar às noções de progresso e desenvolvimento, esforçando-se para ocultar os impactos negativos e para invisibilizar ou desqualificar a agricultura familiar e as experiências em agroecologia em curso nos territórios, gerando portanto bloqueios de natureza política para o fortalecimento do movimento agroecológico.

A partir desta percepção, as organizações do campo agroecológico dedicaram grande atenção, no período recente, ao aprofundamento de leituras compartilhadas sobre conflitos e projetos em disputa nos territórios e a iniciativas de sistematização e divulgação das evidências da importância da agroecologia para que a agricultura familiar possa cumprir funções positivas para o conjunto da sociedade.

Desde 2011, quando foi realizado o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, em Salvador, Bahia, vêm sendo tecidas alianças políticas importantes entre redes da sociedade civil que trabalham em temas relacionados à agroecologia. Este processo vem se desenvolvendo a partir de oficinas territoriais, caravanas agroecológicas e culturais, atividades coletivas que procuram compreender a construção da agroecologia nos territórios, seus impactos positivos, e que trazem à luz conflitos que ameaçam ou limitam a expansão da agroecologia (incluindo disputas por terra, mineração, expansão do agronegócio e do uso de agrotóxicos, construção de grandes obras, especulação imobiliária). Nessas atividades, busca-se fazer uma leitura crítica do papel do Estado e das orientações das políticas públicas, e desenvolver iniciativas de comunicação com a população urbana.

Esta abordagem contextualizada das redes locais de inovação agroecológica foi a base para a preparação do III ENA, realizado em 2014, que se orientou pelo enfoque territorial e pela pergunta: Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia? E teve como lema *Cuidar da Terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro*.<sup>17</sup>

Durante um ano, de maio de 2013 até o III ENA, foram realizadas treze caravanas agroecológicas e culturais em territórios<sup>18</sup> de todas as regiões do país. No evento, houve sessões simultâneas para debater *a construção e as disputas da agroecologia nos territórios*, com base na experiência acumulada nas caravanas. Houve também debates sobre temas que mobilizam a construção de experiências agroecológicas no país: reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; abastecimento e construção social de mercados; agricultura urbana; comunicação; conflitos e injustiças ambientais; construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, pesquisa e ensino; educação do campo; normas sanitárias; plantas medicinais; financiamento; saúde e agrotóxicos; sociobiodiversidade; acesso à água e sua gestão; sementes e agrobiodiversidade.

Participaram do III ENA 2.100 pessoas, sendo 70% agricultores e agricultoras, 50% mulheres; o evento contou com expressiva participação de jovens (ANA, 2014). Durante o III ENA foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (Cnau), que organizou, em 2015, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana. Em outubro de 2016, também como desdobramento da Plenária de Juventudes realizada durante o III ENA, aconteceu em Recife/PE o encontro nacional *Diálogos sobre Juventudes e Agroecologia*, quando foi criado o GT Juventudes da ANA.

---

17. A comissão organizadora do III ENA foi composta pelos seguintes movimentos, redes e organizações: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO); Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA); Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA); Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ); Articulação Mineira de Agroecologia (AMA); Articulação Paulista de Agroecologia (APA); Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Agricultura Familiar e Agroecologia; Associação Agroecológica Tijupá (AS-PTA); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Centro Agroecológico Sabiá; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-MG (CTA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Fase Solidariedade e Educação, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Grupo de Intercâmbio de Agricultura Sustentável (GIAS-MT); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); MST; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre); Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Rede Cerrado, Rede Ecológica de Agroecologia; Rede de Grupos de Agroecologia (Rega); Rede Juçara; Serviço de Assessoria às Organizações Populares (Sasop); Terra de Direitos; União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

18. Zona da mata, norte de Minas e Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais); Bico do Papagaio (Tocantins); Chapada do Apodi (Rio Grande do Norte e Ceará); Santarém e Belterra (Pará); região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina); região Mogiana-Sorocabana (São Paulo); sudoeste de Mato Grosso; Metropolitana do Rio de Janeiro; sertão do Araripe (Pernambuco); Território do Sisal (Bahia); Vales do Curu e Aracatiçu (Ceará) e Sergipe.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do movimento agroecológico é parte da história das mobilizações de movimentos populares que enfrentaram tendências históricas de marginalização e precarização das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Como vimos, estas mobilizações resultaram em conquistas muito importantes para a garantia de direitos dos agricultores familiares e dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Muitos deles se envolveram diretamente nas redes locais de inovação agroecológica e demonstram o grande potencial da agroecologia para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo aos padrões predatórios hoje dominantes de ocupação dos territórios.

Embora reformas estruturais reivindicadas pelos movimentos sociais não tenham sido realizadas e as instituições do Estado tenham permanecido orientadas pelo paradigma da Revolução Verde, a partir dos anos 2000, conforme descrito neste capítulo, assistiu-se a construção e ampliação sem precedentes de políticas públicas voltadas a estas populações historicamente marginalizadas. Em volume de recursos, são marginais e representam muito pouco, se comparado com as prioridades da destinação do orçamento público.

Atualmente, em um contexto de crise econômica e ambiental que se agrava em todo o mundo, setores políticos e econômicos identificados com uma agenda neoliberal, com pouco diálogo com os movimentos sociais, ameaçam desconstruir parte das políticas públicas instituídas no período recente que são garantidoras de direitos para as parcelas mais empobrecidas da população. Anunciam-se medidas de redução do Estado e cortes orçamentários em áreas que desenvolvem políticas importantes para estas populações, incluídos aí os agricultores familiares, beneficiários da reforma agrária, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, e também a população urbana de renda mais baixa beneficiária das políticas de distribuição de renda e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Este contexto coloca o movimento agroecológico frente a grandes desafios políticos.

Em que pese o fortalecimento das redes, se tomarmos o conjunto dos agricultores e das agricultoras do Brasil, ainda é pouco expressivo o número de pessoas desenvolvendo processos de experimentação nas comunidades com base nos princípios da agroecologia, o que coloca para o movimento agroecológico o desafio de construir estratégias e instrumentos criativos para a ampliação do público das redes locais de inovação agroecológica já existentes e para que outras redes possam surgir em territórios onde hoje não estão presentes. É fundamental nesse processo a reflexão sobre a participação de jovens nas redes locais e o desenvolvimento de iniciativas capazes de atrair a juventude.

As experiências desenvolvidas ao longo destes anos evidenciam que, além de representar uma trajetória importante de construção coletiva de políticas públicas no Brasil, a agroecologia é capaz de dar respostas a muitos desafios com os quais a sociedade se confronta: a produção de alimentos saudáveis que não dependam do uso intensivo de combustíveis fósseis e insumos sintéticos, a conservação dos solos, das águas e da biodiversidade, a superação da pobreza e a geração de trabalho digno e renda satisfatória no campo e nas florestas, a valorização dos conhecimentos das populações tradicionais, a adaptação às mudanças climáticas globais, entre outros.<sup>19</sup>

Para enfrentar os enormes desafios que se colocam, é necessário desenvolver estratégias que possibilitem ao movimento agroecológico comunicar, para setores cada vez mais amplos, por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *In*: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83. 168 p.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Anais do III ENA: cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro. Rio de Janeiro: ANA, 2014. 232 p.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA; FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Caderno pedagógico: agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas**. Rio de Janeiro: ANA; Fase, 2014. 96 p.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81. 624 p.

BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base: primeiros passos**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, F. F. *et al.* (Orgs.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

---

<sup>19</sup> Um conjunto significativo de sistematizações de experiências em agroecologia pode ser encontrado na Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, editada pela AS-PTA desde 2004. No período recente, a ANA tem dedicado esforços para sistematizar e divulgar os resultados positivos de experiências que aplicam, na prática, os princípios da agroecologia. Neste sentido, vale citar a publicação pela ANA, em 2017, do livro *Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros*.

DUQUE, G. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os programas P1MC e P1+2 – desafios da participação sociedade civil – governo. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 201-216. 624 p.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais...** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. 256 p.

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. **Declaração do Encontro**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://encontrounitario.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180. 624 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-52.

KRAUSER, R. R. PAA: entre dilemas e desafios. *In*: ARAÚJO, M. M. *et al.* **Comissão de direitos humanos e minorias**. Agricultura familiar e o direito humano à alimentação – conquistas e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. p. 117-128. 166 p.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2011. 190 p.

\_\_\_\_\_. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. 83 p.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. *In*: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos. São Paulo: Biotempo, 2016. p. 123-156. 282 p.

MARTINS, G. Território litoral norte do Rio Grande do Sul. *In*: MARTINS, G.; PETERSEN, P. (Orgs.). **Olhares agroecológicos**: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: ANA, 2017. p. 17-36. 186 p.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.;

VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.

PACHECO, M. E. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. 2003, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

PADULA, J. *et al.* Os caminhos da agroecologia no Brasil. *In*: GOMES, J. C. A.; ASSIS, W. S. (Eds). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. p. 37-72. 245 p.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006. 54 p.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico: reflexões a partir da experiência da AS-PTA no agreste da Paraíba. *In*: SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido**: avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do jequitinhonha mineiro. **Agriculturas: experiências em Agroecologia**, v. 11, n. 2, p. 6-11, jul. 2014.

ROBIN, M. M. **Las cosechas del futuro**: como la agroecologia puede alimentar el mundo. Barcelona: Ediciones Peninsula, 2013. 399 p.

SOARES, F. V. *et al.* **Structured demand and small holder farmers in Brazil**: the case of PAA and Pnae. Brasília: WFP Centre of Excellence against Hunger and International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. 36 p.

ZANELLI, F. V. *et al.* Intercâmbios agroecológicos: aprendizado coletivo. **Agricultura orgânica e agroecologia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 287, p. 104-113, 2015.

